

A ATUAÇÃO DO AGROAMIGO JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE – AGÊNCIA DE PAU DOS FERROS (RN)

The performance of Agroamigo next to family farmers in the Pronaf Group B in the area covered by the Banco do Nordeste in agency of Pau dos Ferros (RN)

Alcimária Fernandes da Silva

Licenciada em Geografia. Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional (NUGAR).
alcimariafernandes@hotmail.com

Cícero Nilton Moreira da Silva

Licenciado em Geografia. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN). Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional (NUGAR). ciceronilton@yahoo.com.br

Resumo: O Agroamigo constitui-se em uma metodologia desenvolvida pelo Banco do Nordeste no ano de 2005, no intuito de melhorar a operacionalização do Microcrédito Rural Pronaf (Grupo B) e também o perfil socioeconômico dos agricultores familiares beneficiados. Esse trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Agroamigo junto aos agricultores familiares do Pronaf B dos municípios que compõe a área de abrangência do Banco do Nordeste – Agência de Pau dos Ferros/RN, no período de 2005 a 2015. Para sua realização, adotou-se como procedimentos metodológicos os estudos teóricos, empíricos e a análise qualitativa dos dados que foram obtidos utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e dados obtidos no BNB (Agência de Pau dos Ferros) e Censo Agropecuário (2006). A partir dos resultados obtidos, pode-se concluir que houve aumento nas operações de crédito contratado do Pronaf B a partir do Agroamigo, o que sinaliza para importância dessa metodologia no acesso dos agricultores a programas governamentais de incentivo ao desenvolvimento rural, como o Pronaf. Entretanto, foram identificados vários problemas, como a burocracia no acesso ao crédito e documentos necessários, bem como a ineficiência da assistência técnica e o predomínio de atividades produtivas incompatíveis com as condições climáticas do território, como é o caso da bovinocultura.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Microcrédito rural Pronaf (Grupo B); Agroamigo; Desenvolvimento rural.

Abstract: Agroamigo is a methodology developed by the Banco do Nordeste in the year 2005, in order to improve the operation of the Rural Microcredit Pronaf (Group B) and also the socioeconomic profile of the beneficiary family farmers. The objective of this work is to analyze the performance of Agroamigo among the family farmers of Pronaf B of the municipalities that make up the area of coverage of the Banco do Nordeste - Agency of Pau dos Ferros/RN, from 2005 to 2015. For its accomplishment, as methodological procedures the theoretical, empirical and qualitative analysis of the data that were obtained using semi-structured interviews and data obtained in the BNB (Agency of Pau dos Ferros) and Census of Agriculture (2006). From the results obtained, it can be concluded that there was an increase in the contracted credit operations of Pronaf B from Agroamigo, which indicates the importance of this methodology in the access of farmers to government programs to encourage rural development, such as Pronaf. However, several problems have been identified, such as the bureaucracy in access to credit and necessary documents, as well as the inefficiency of technical assistance and the predominance of productive activities incompatible with the climatic conditions of the territory, as is the case of bovine farming.

Keywords: Family agriculture; Rural microcredit Pronaf (Group B); Agroamigo; Rural development.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui-se em uma forma de produção e trabalho bastante comum no campo brasileiro. Em 2006, com a realização do Censo Agropecuário pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram contabilizados 4.366.267 de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, que corresponde a 84,36% do total de 5.175.636 dos estabelecimentos brasileiros. No Rio Grande do Norte, 87,4% dos estabelecimentos agropecuários se enquadram no segmento da agricultura familiar e apenas 9,3% de estabelecimentos na agricultura patronal, de acordo com Azevedo (2012).

As informações obtidas através do Censo Agropecuário (2006) foram de suma importância para o conhecimento das características socioeconômicas do universo que compõem a agricultura familiar. Esta “é econômica, vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. A agricultura familiar é produtiva, pois é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira” (PLANO SAFRA, 2017/2020).

É importante destacar que a forma de produção familiar é responsável por produzir os alimentos direcionados ao mercado interno brasileiro. Enquanto isso, é notório que os grandes produtores rurais destinam os seus produtos para exportação, especialmente, para o mercado chinês, em busca da acumulação de *commodities* agrícolas.

Mesmo com tamanha relevância, somente na década de 1990, a agricultura familiar passa a ter um reconhecimento do Estado como categoria social e produtiva, ocorrendo nesse momento a criação do Pronaf. Vale ressaltar que esse reconhecimento só foi possível em virtude da luta dos movimentos sociais, bem como dos próprios agricultores.

No Plano Safra (2017/2020) foram disponibilizados cerca de R\$ 30 bilhões para as ações do Programa. Entretanto, ainda são comuns os entraves na sua execução e as fortes disparidades na distribuição do crédito entre as regiões brasileiras. Além disso, salientamos que o desenvolvimento no campo perpassa o acesso ao crédito e requer também investimentos em um conjunto de ações

que envolvem acesso à terra, água, assistência técnica e extensão rural, dentre outros.

Além dessa expansão no número de contratos e volume de crédito, vale ressaltar que o Pronaf também expandiu-se em outros aspectos, como é o caso da criação do Microcrédito Rural Pronaf B no ano de 2000, destinado a um público específico de agricultores, considerados pela antiga Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), hoje subsecretaria integrada à SEAD, como os mais pobres.

Posteriormente, no ano de 2005, é criado no âmbito do Banco do Nordeste, o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo) para melhor operacionalizar o crédito do Pronaf B junto aos agricultores. De acordo com Alves (2015, p. 162) “trata-se de uma metodologia diferenciada, criada em função da preocupação de alcançar e oferecer tratamento adequado aquele público”, bem como Nunes et al. (2015, p.03) que veem o Agroamigo como “uma metodologia de concessão de crédito rural com atendimento personalizado por assessores de microcrédito e com a finalidade de estimular ações de Inclusão Produtiva para os agricultores familiares do Pronaf B”.

Atualmente, o Agroamigo já expandiu sua atuação para as outras linhas de crédito do Pronaf, com exceção do grupo A e A/C. Entretanto, vale ressaltar que a prioridade dessa metodologia ainda tem sido os agricultores do Pronaf B.

Os agricultores do Pronaf B compõem o maior público do Pronaf no Brasil. O Censo Agropecuário (2006) aponta que seu número corresponde a 59,18% do total. Na região Nordeste eles são também o maior público, 71%, de acordo com Aquino et al (2014), quando comparado a outras regiões como a Norte (37,4%), Sul (31,74%), Sudeste (50,95%) e Centro-Oeste (31,22%).

De acordo com a SEAD, para o Plano Safra (2017/2020), os agricultores com enquadramento B que estejam na área correspondente ao Semiárido brasileiro¹ poderão ter acesso ao crédito nas seguintes condições: investimento de até R\$ 5 mil

1 De acordo com o Ministério da Integração Nacional, o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido foram aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017: Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

e bônus de adimplência de 40% nos primeiros R\$ 15 mil. Os juros correspondem a 0,5% a.a.

Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Agroamigo junto aos agricultores familiares (do Pronaf B), nos municípios que compõem a área de abrangência do BNB – Agência de Pau dos Ferros, no período de 2005 a 2015.

Para tanto, com auxílio de lideranças e instituições locais foram realizadas 120 entrevistas com agricultores familiares que acessam o Agroamigo, no período de abril a junho de 2017, contendo perguntas de cunho socioeconômico e voltadas para a visão dos agricultores sobre o Agroamigo.

A contribuição desse trabalho reside no fato de considerar a pesquisa de campo como fator primordial para obtenção dos dados primários, considerando a perspectiva ou visão dos sujeitos beneficiários e os agentes envolvidos na operacionalização do Agroamigo. Daí resultou o caráter qualitativo dessa pesquisa.

Além da introdução, o trabalho hora proposto encontra-se dividido em quatro seções. A segunda seção é formada pela revisão bibliográfica na qual se discute a agricultura familiar, o Pronaf B e a metodologia do Agroamigo. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos utilizados. A quarta seção traz os resultados da pesquisa, a partir da análise de conteúdo (AC). Por último, na quinta seção, trazemos as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Agricultura familiar: algumas considerações

Este tópico traz algumas considerações sobre as características da agricultura familiar presente no território brasileiro, que é composta por agricultores familiares com características heterogêneas, tanto nos aspectos sociais e culturais, como econômicos. Essas diferenciações envolvem o nível de renda, a forma como eles exploram a terra e seus recursos naturais, as atividades desenvolvidas, bem como as características da região e o bioma no qual estão localizados os seus estabelecimentos agropecuários.

Os resultados dos estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária (Incra) no ano de 2000, mostram essas diferenciações, indicando a heterogeneidade da agricultura brasileira no que se refere ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras e também da disponibilidade da infraestrutura entre as regiões que compõem o nosso país e também no interior de cada uma delas.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) (Tabela 1) revelam a existência de 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Deste total, 4.366.267 eram constituídos por agricultores familiares – com base nos critérios da Lei nº 11.326/2006², o que corresponde a 84,36% das unidades de produção recenseadas no meio rural brasileiro. Enquanto isso, o segmento não familiar, também denominado de patronal – era composto por 809.369 unidades que, juntos, englobavam apenas 15,64% do total de estabelecimentos agropecuários do País.

Tabela 1 – Segmentação da estrutura da agropecuária brasileira (2006)

Tipos de agricultura	Número de estabelecimentos	%
Não familiar	809.369	15,64
Familiar (Lei nº 11.326/2006)	4.366.267	84,36
Familiar não Pronaf ²	283.341	5,47
Familiar Pronaf	4.082.926	78,89
Total	5.175.636	100,00

Fonte: adaptada pelos autores (2017) com base no Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Os agricultores familiares ocupam apenas 30,5% da área total do país e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura em nosso país (FAO/INCRA, 2000).

No que se remete às condições dos agricultores familiares com relação ao acesso à terra no Brasil, o Projeto de Cooperação Técnica FAO/Incra (2000) enfatiza que

A situação dos agricultores familiares, segundo a condição de uso da terra demonstra que 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. O menor percentual de agricultores familiares proprietários está na

² A Lei nº 11.326/2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

região Nordeste, com apenas 65% dos estabelecimentos. O Centro-Oeste é o que apresenta maior percentual de agricultores familiares proprietários, representado por 89,8% dos estabelecimentos familiares da região (FAO/INCRA, 2000, p. 22).

Além disso, entre as regiões brasileiras, a região Nordeste é a que apresenta um percentual maior de ocupantes, chegando a 19,3% dos estabelecimentos familiares, o que corresponde a 397 mil agricultores. Enquanto isso, a região Norte apresenta 13,2% de ocupantes (50 mil agricultores) e a região Sul, apesar de contar com apenas 6,7%, apresenta 61 mil agricultores familiares nessa condição (FAO/INCRA, 2000).

É importante destacar que a forma de produção familiar é responsável por produzir os alimentos direcionados ao mercado interno brasileiro. De acordo com Mattei (2014), 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite é oriunda da agricultura familiar. Além disso, “os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar”. (MATTEI, 2014, p. 8).

Contudo, mesmo com tamanha relevância, somente na década de 1990, a agricultura familiar passa a ter reconhecimento do Estado como categoria social e produtiva. Enquanto isso, a agricultura patronal recebe incentivos do Estado ao longo do tempo, tendo como característica a produção monocultora voltada, principalmente, para atender a demanda externa através das exportações.

Estudo realizado por Guanziroli; Sabbato e Vidal (2014), faz uma análise comparativa entre os dois Censos Agropecuários, 1996 e 2006, para compreender a evolução da agricultura familiar nordestina, e concluem que esta região apresenta considerável parcela do Valor Bruto da Produção de produtos agropecuários que tem sua origem nos estabelecimentos familiares, como: banana (68,6%); laranja (77,9%); castanha de caju (69,2%); arroz (86,8%); feijão (89,9%); mandioca (94,3%); milho (76,3%); suínos (77,8%); caprinos (91,6%) e ovinos (89,2%). Por outro lado, os autores afirmam que a agricultura familiar não apresentou, no período citado, evolução no que se refere ao uso de tecnologias e assistência técnica. O uso da tração animal avançou, mas mais de 40% dos

agricultores familiares nordestinos ainda utilizam exclusivamente a força manual, sendo que o “o único indicador tecnológico realmente positivo foi o incremento dos estabelecimentos com energia elétrica, resultado de programas governamentais, como o Luz para Todos e Luz no Campo” (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2014, p. 12).”

Dessa forma, compreendemos ser fundamentais as políticas voltadas para o segmento familiar que envolva além do crédito e a assistência técnica, condicionando também a sustentabilidade econômica e ambiental desses agricultores em todas as regiões brasileiras, e considerando principalmente as especificidades e peculiaridades de cada território-localidade.

2.2 O Pronaf B e a metodologia do Agroamigo desenvolvida pelo Banco do Nordeste

O Pronaf B foi criado no ano de 2000. Fazem parte desse grupo, com base em Alves (2015), agricultores familiares que desenvolvam atividades rurais e se enquadrem nos seguintes critérios (Lei nº 11.326 de 2006): exerçam a direção dos trabalhos do estabelecimento e a renda não ultrapasse o valor R\$ 20 mil; a área explorada não pode ser superior a 4 módulos fiscais e; a mão de obra utilizada deve ser predominantemente familiar.

De acordo com a SEAD, as taxas de juros do Pronaf B correspondem a 0,5% ao ano e o limite de financiamento é de R\$ 5 mil, sendo o prazo de reembolso de até 2 anos. Existe ainda o bônus de adimplência de 25% para aqueles agricultores que pagam a dívida até a data de seu vencimento. Esse valor aumenta para 40% quando o financiamento é destinado a empreendimentos localizados na região semiárida, e que sejam atividades voltadas para sistemas produtivos como reserva de água, alimentos para os animais, recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais, recuperação e fortalecimento da pecuária, pequenas criações e agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção e agricultura irrigada.

Maia et al. (2012, p. 4) salienta que “o grupo B do Pronaf teve resultados bastante modestos em seus primeiros anos de vigência. Seu orçamento era relativamente pequeno, mas havia também certos entraves ao seu bom funcionamento, que exigiram – e exigem – o aprimoramento do Programa”.

Esses aspectos refletem o pouco privilégio dado ao grupo B no âmbito do Pronaf na sua fase inicial, já que foram incorporados ao Programa somente no ano 2000 e os agricultores familiares beneficiados chamados de “periféricos” sempre ocuparam uma posição à margem da distribuição do crédito rural. Entretanto, nos últimos 5 anos, estudos têm mostrado que algumas estratégias foram adotadas no intuito de simplificar a burocracia bancária no ato da liberação do financiamento, o que tem aumentado o atendimento a esse público, constituído pelas famílias mais pobres do Brasil rural, de acordo com Magalhães e Abramovay (2006).

Para Maia et al. (2012), um dos entraves relativos ao funcionamento do Pronaf diz respeito à questão da inadimplência, que pode estar relacionada ao próprio perfil socioeconômico e educacional dos beneficiados. Estes apresentam, em sua grande maioria, baixa escolaridade, falta de instrução para que possam direcioná-los a um planejamento, no momento de pagar o crédito adquirido. Existe ainda, entre os mesmos, a falta de compreensão sobre os reais objetivos do Programa. Assim, aliado às necessidades dos agricultores familiares pronafianos B, que são atraídos pelo bônus de adimplência, muitos contraem o financiamento não para aplicar em atividades produtivas, mas para pagar despesas particulares. Contribuindo com essa afirmação, Nunes, et al. (2015, p. 54) afirma que “havia sérios problemas na operacionalização do crédito por meio do Pronaf B, que impactavam nos resultados e geravam crescente inadimplência devido à deficiência na orientação ao agricultor familiar e no acompanhamento dos empreendimentos, o que desviava do objetivo do Pronaf”.

O empenho para diminuir as taxas de inadimplência tem sido realizada. Na região Nordeste, por exemplo, com o objetivo de reduzir as distorções geradas pela metodologia do Pronaf B, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou, no ano de 2005, o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo).

Para o Banco do Nordeste, “A metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores (as) familiares e a redução de desigualdades”. As melhorias introduzidas pelo Programa abrangem, conforme o Banco (2017):

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial;
- Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do Agente de Microcrédito;
- Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente;
- Agilizar o processo de concessão do crédito;
- Promover a inclusão financeira do (a) agricultor (a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco;
- Sensibilizar os (as) agricultores (as) familiares quanto à importância da educação financeira;
- Conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

O assessor do Microcrédito Rural é uma figura importante nesse processo, já que o mesmo tem a responsabilidade de divulgar o Programa através de palestras informativas, que ocorrem na própria comunidade onde o agricultor vive. Além disso, é o assessor que realiza a entrevista com o agricultor e formula a proposta de crédito e a entrega para o Banco, para que este proceda a análise e aprovação.

É fato que essa relação do assessor do microcrédito com o agricultor familiar acaba sendo de suma importância, pois, através desse contato mais próximo, o mutuário não só responde a uma entrevista, mas tem conhecimento das consequências da inadimplência junto ao Banco. Durante a entrevista, “o assessor deve esclarecer ao candidato ao financiamento que, ao contrai-lo, ele assume o compromisso de utilizar os recursos corretamente e obter retorno com essa atividade dentro do prazo do financiamento” (MAIA; PINTO, 2015, p. 13).

Mesmo com todos os esforços direcionados a esse grupo de agricultores ainda se observa a necessidade de grande empenho para reverter situações, como por exemplo, a concentração de investimentos em uma única atividade produtiva, como é o caso da bovinocultura. De acordo com relatório do Banco do Nordeste, a quantidade de operações contratadas, acumuladas por setor de atividade, de 2005 a Maio de 2016 distribuíram-se da seguinte forma: 57% Bovinocultura, 10% Ovinocultura, 12% Suinocultura, 8% Avicultura, 6% Caprinocultura, 1% Avicultura, 1% Piscicultura e 5 % outras atividades.

Na realidade do Rio Grande do Norte, de acordo com Nunes, et al. (2015), a opção pela bovino-cultura se repete. Nos quatro territórios (Sertão de Apodi, Alto Oeste, Sertão Central e Açu Mossoró) pesquisados por esses autores, a bovinocultura se destaca sobre as demais atividades produtivas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse trabalho, que tem como objetivo analisar a atuação do Agroamigo junto aos agricultores familiares do Pronaf B, adotou como procedimentos metodológicos os estudos teóricos, empíricos e a análise qualitativa dos dados.

A pesquisa qualitativa apresenta algumas características, de acordo com Godoy (1995). Para esse autor, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto no qual encontra-se inserido. Assim, o pesquisador deverá ir a campo buscar colher o maior número de informações possíveis na perspectiva das pessoas envolvidas. A partir disso, terá subsídios para compreender a dinâmica do fenômeno.

O contexto para realização do trabalho corresponde à área de abrangência do Banco do Nordeste - Agência de Pau dos Ferros (Figura 1). Tendo em vista a importância da agricultura familiar na economia desses municípios, bem como ao fato de apresentar expressivo número de agricultores inseridos na linha de crédito B do Pronaf.

Figura 1 - Localização geográfica da área em estudo, formada pelos municípios atendidos pelo BNB – Agência de Pau dos Ferros



Fonte: Base Cartográfica, IBGE (2010), elaborado por Francisca Wigna (2017).

Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com beneficiários do Pronaf B, participantes

da metodologia Agroamigo, e os agentes mediadores do Programa. A adoção da entrevista como

técnica de obtenção de dados se justifica por a mesma ser um processo de interação social. Além disso, de acordo com Colognese e Melo (1998, p. 143) “com a entrevista busca-se recolher certas informações concernentes a um objeto específico. Entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões”.

Para ter acesso aos agricultores familiares nos respectivos municípios, foi de suma importância o contato com instituições locais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) local, acompanhamento de reuniões com assessores de crédito do Agroamigo do BNB e dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As entrevistas foram realizadas no decorrer dos meses de setembro, outubro e novembro de 2017. Tendo em vista o número elevado de municípios atendidos pelo BNB, foram selecionados dois (Alexandria e José da Penha) para a realização da pesquisa de campo, seguindo, para tanto, os seguintes critérios: destaque no número de agricultores familiares com acesso ao Agroamigo e volume de operações de crédito no período considerado e também, a facilidade de acesso aos agricultores desses municípios, tendo em vista a realização de trabalhos anteriores nos mesmos. Participaram desse processo, 120 agricultores familiares que haviam tido acesso ao crédito, no período entre 2005 a 2015, tendo sido 60 de Alexandria e 60 de José da Penha.

Além das entrevistas, outro instrumento de coleta utilizado em campo foi a observação, que, assim como a entrevista, requer o contato do pesquisador face a face com o objeto pesquisado. De acordo com Guerra (2014, p.28) “como ocorre com as entrevistas, no caso da observação, não será o número de observações realizadas que define a credibilidade dos dados de uma pesquisa, mas sim a profundidade e a amplitude alcançadas ao longo do processo de coleta de dados”. Entendemos, a partir disso, a necessidade do pesquisador analisar criteriosamente a realidade que está sendo investigada, calcado nos objetivos da pesquisa, bem como definindo um roteiro a ser seguido no processo de observação.

Os dados secundários foram obtidos através de uma vasta pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros, artigos de periódicos, leis e demais documentos. O Banco do Nordeste (BNB)

- Agência de Pau dos Ferros, fez parte da pesquisa para obtenção de dados primários e secundários, tendo em vista que o referido Banco responde pela maior quantidade de operações de crédito do Pronaf B e possui metodologia própria, o Agroamigo, para atender aos pronafianos B. No BNB, foram coletados dados sobre a operacionalização do Pronaf B, o número de beneficiados, operações de crédito realizadas em cada município pesquisado, bem como os principais investimentos feitos pelos agricultores, com os recursos da referida política de acesso ao crédito agrícola, posta em estudo.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram sistematizados e organizados, utilizando o programa redator de texto Word na descrição e análise da fala dos entrevistados e o Excel, na organização dos dados e produção de gráficos, tabelas. Posteriormente, realizamos o tratamento desses dados, tendo como técnica a análise de conteúdo (AC), pois entendemos que a mesma constituía-se mais apropriada para interpretação do material obtido através do método qualitativo. De acordo com Guerra (2014, p. 42), a análise de conteúdo assegura “uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Aspectos sociais e econômicos dos agricultores familiares que tem acesso ao Agroamigo

Através da realização das entrevistas podemos perceber que ocorre o predomínio do gênero masculino, 85% dos entrevistados no município de Alexandria e 78% em José da Penha, no que se refere ao acesso ao crédito, mesmo que este esteja disponível para as agricultoras e que seja um dos objetivos da metodologia do Agroamigo, a busca pela equidade de gênero no campo.

O predomínio da figura masculina pode estar relacionado a aspectos culturais da região Nordeste, em que o trabalho na roça geralmente é assumido pela figura masculina, enquanto às mulheres ficam com a responsabilidade de cuidar das ocupações da casa e da família.

O estado civil desses agricultores apresentava as seguintes características. No município de Alexandria, 90% dos agricultores entrevistados eram

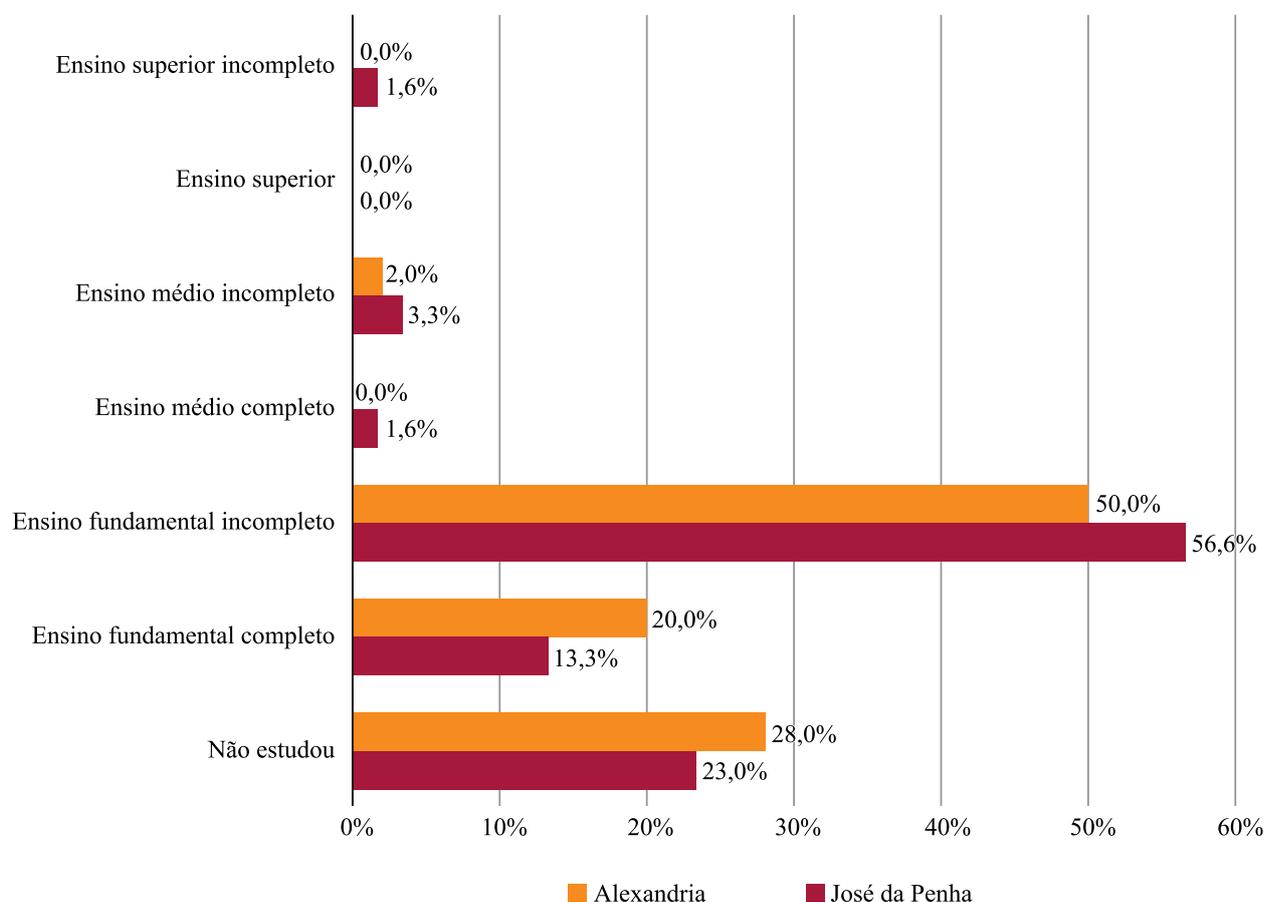
casados, 3,3% solteiros, 3,3% divorciados (ou separados) e 3,3% viúvos. Em José da Penha, o número de agricultores casados se eleva quando comparados a Alexandria, tendo em vista que 92% dos entrevistados eram casados, 3% solteiros, 1% era viúvo e 4% era separado (ou divorciado). Assim, a maioria dos agricultores que têm acesso ao Agroamigo e que foram entrevistados formam uma família e apenas um pequeno número são pessoas solteiras que acessam o crédito nesses municípios.

No decorrer da pesquisa de campo, podemos constatar que 100% dos agricultores entrevistados

nos municípios pesquisados residem em casas de alvenaria, sendo 87% revestidas com cimento e as demais, 13%, não apresentam revestimento. Todos têm acesso em suas residências à rede de eletricidade³. Embora algumas residências apresentassem-se deterioradas, também encontramos casas com estruturas mais adequadas ao bem-estar de seus moradores, em que o piso era de cerâmica e encontravam-se em boas condições para habitação.

O tempo de escolaridade desses agricultores familiares é muito baixo, como podemos observar no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Escolaridade dos agricultores familiares que acessam o Agroamigo na área de abrangência do BNB - Agência de Pau dos Ferros



Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

A análise desses dados nos faz compreender que os agricultores familiares que tem acesso ao Agroamigo apresentam um baixo nível de escolaridade. Este aspecto pode torná-los ainda mais vulneráveis e frágeis no contexto social e econômico em que encontram-se inseridos. De acordo Vieira (2007, p. 64) “o agravamento da pobreza é fundamentalmente associado aos problemas com a formação educacional, acesso à saúde, moradia, reproduzindo nesses indivíduos e no núcleo fami-

liar uma atmosfera de incertezas em relação a seu futuro [...]”. Nesse sentido, compreendemos que os sujeitos com menos escolaridade, conseqüentemente menos conhecimento, poderão ter mais dificuldades em acessar às políticas públicas e superar as condições de vulnerabilidades em que vivem.

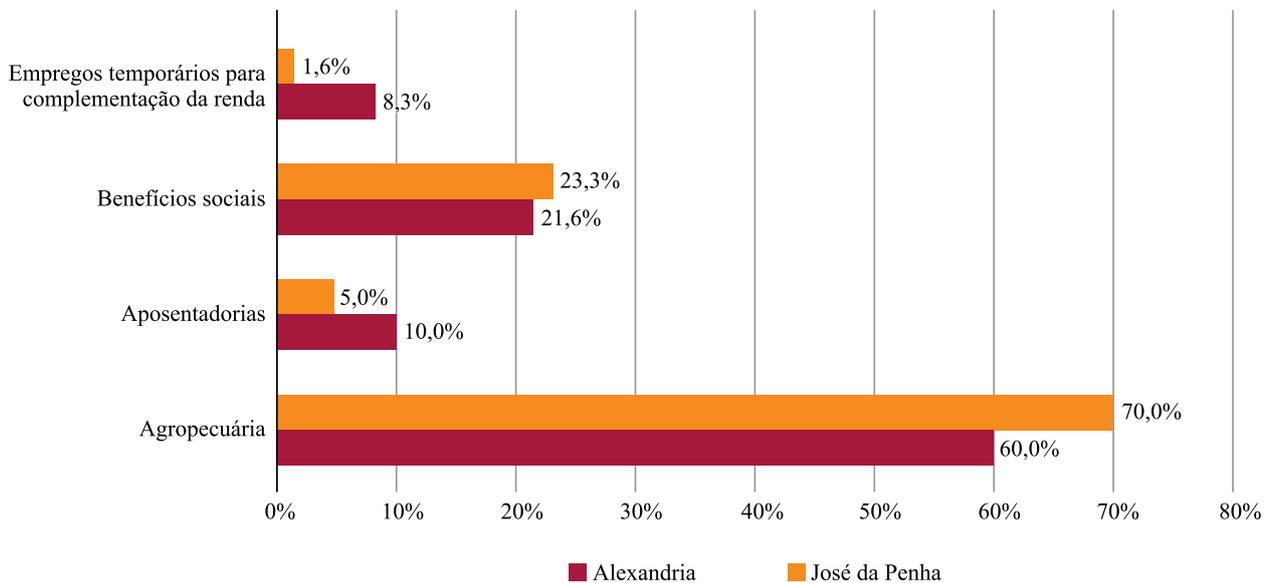
3 A presença de iluminação nessas residências na Zona Rural pode estar relacionada ao Programa “Luz Para Todos” do Governo Federal, que foi criado no ano de 2003 e objetiva levar energia para as famílias mais pobres que vivem sem energia elétrica no campo.

Além disso, entendemos que a baixa escolaridade desses agricultores acaba influenciando negativamente, tendo em vista o pouco envolvimento com o cooperativismo e associativismo, como também no gerenciamento do crédito obtido e no

planejamento e execução das atividades a serem desenvolvidas.

As principais fontes de renda dos agricultores familiares entrevistados podem ser observadas no gráfico 2 que segue.

Gráfico 2 – Principais fontes de renda dos agricultores que acessam Agroamigo na área de abrangência do BNB – Agência de Pau dos Ferros



Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

Como podemos observar, as atividades agropecuárias tem grande destaque nos municípios pesquisados e constituem em uma das principais fontes de renda dos agricultores do Agroamigo. Destacamos assim as lavouras temporárias e a criação de animais de pequeno e grande porte, tais como: aves, suínos, caprinos e bovinos.

Os benefícios sociais, com destaque para o Bolsa Família e também as aposentadorias rurais, são de suma importância para complementação da renda desses agricultores e para a própria dinâmica econômica dos municípios.

Sobre as atividades temporárias que complementam a renda, destacamos aquelas desenvolvidas na área urbana desses municípios, como em comércios, casas de famílias, entre outras. No campo, também encontramos os salões de beleza, as oficinas de moto e a venda de cosméticos. Sendo esta última dirigida principalmente por mulheres. Entendemos que essas atividades, que vão além daquelas consideradas agrícolas, são importantes, pois podem contribuir com a renda do agricultor familiar que tem acesso ao Agroamigo.

A ausência da assistência técnica é um dos problemas enfrentados pelos agricultores do

Agroamigo. No decorrer da entrevista com o Agente de Desenvolvimento Regional do BNB, o mesmo enfatiza esse aspecto como uma das dificuldades enfrentadas atualmente, e que inviabiliza o desenvolvimento de atividades que poderiam contribuir com a melhoria das condições de vida dos agricultores que acessam o crédito. (Entrevista com o Agente de Desenvolvimento Regional, 2017).

Os resultados das entrevistas nos mostram que apenas 8,33% dos agricultores familiares de Alexandria e 13,3% de José da Penha, afirmam já ter recebido assistência técnica. Para Alencar e Alves (2006), o limite imposto pela falta de assistência técnica gera preocupações, posto que existe uma significativa gama de tecnologias de convivência com o clima semiárido, mas, que muitas vezes esse conhecimento acaba sendo guardado nas prateleiras das instituições públicas, como a própria Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa). Muitas dessas tecnologias poderiam ser melhor utilizadas e difundidas entre os agricultores dessa região, dando condições para a reprodução social dos mesmos.

Além da assistência técnica enfatizada pelos autores, muitos outros gargalos existem e acabam influenciando no desenvolvimento socioeconômico desse grupo. Dentre eles, podemos citar, de uma maneira geral: a baixa escolaridade, a pequena área dos estabelecimentos agropecuários, a falta de associativismo e cooperativismo.

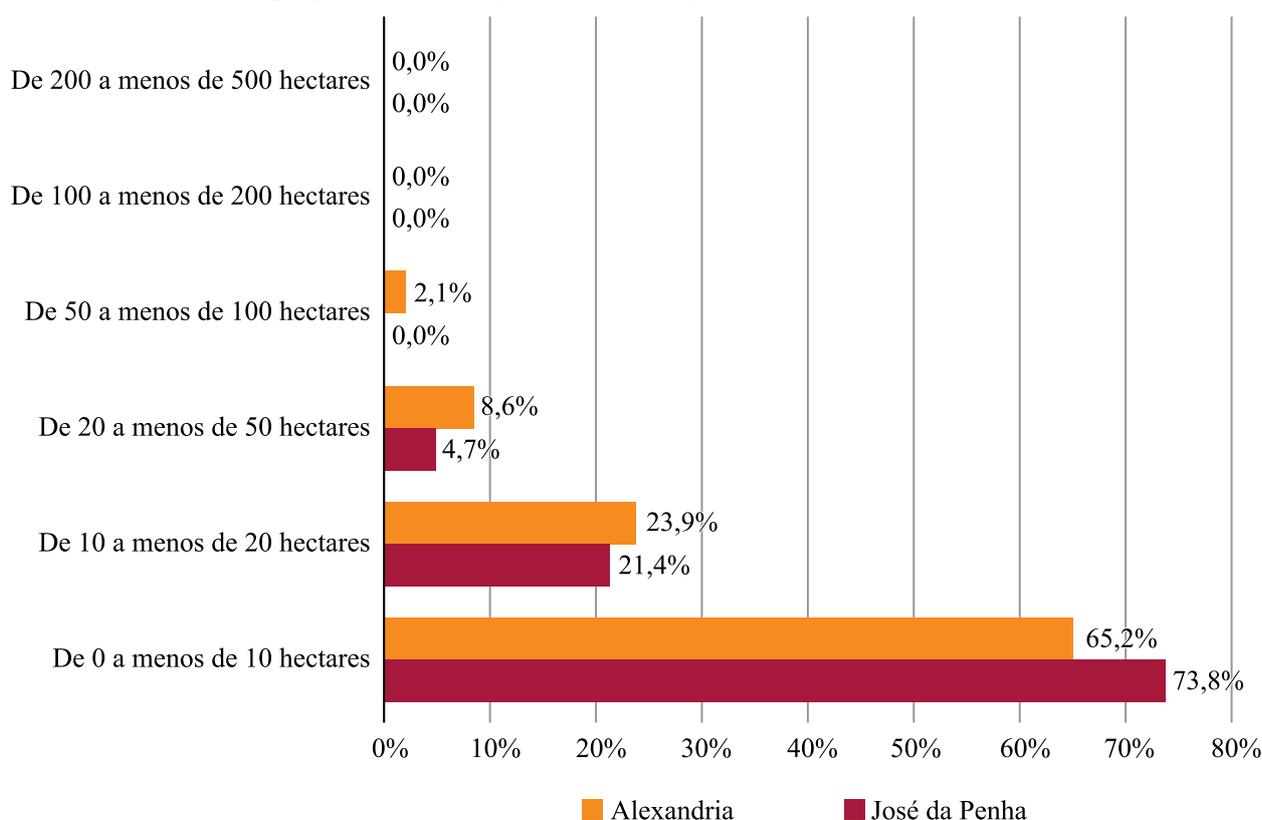
Nos chama a atenção, na realidade dos municípios de José da Penha e Alexandria, a condição do agricultor familiar com relação à terra em que trabalha. Em Alexandria 76,6% dos agricultores são proprietários, 16,60% são arrendatários e 6,60% praticam a parceria. Em José da Penha 70% são

proprietários, 21,60% arrendatários e 86,3% trabalham em regime de parceria.

Compreendemos que ter a propriedade da terra é importante para esses agricultores, entretanto, podemos constatar que as mesmas apresentam uma área pequena, o que pode vir a inviabilizar o desenvolvimento das atividades no campo.

Dos agricultores entrevistados nos municípios de José da Penha e Alexandria que tem a propriedade da terra em que trabalham, podemos perceber, através da análise do gráfico 3, que a área da propriedade apresenta a seguinte estratificação.

Gráfico 3 – Áreas das propriedades dos agricultores do Agroamigo



Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

Ao analisarmos a estratificação da área dos estabelecimentos agropecuários dos agricultores que tem acesso ao Agroamigo (gráfico 3), logo podemos perceber que a questão fundiária é um grande problema para esse grupo. Entendemos que são muitos os entraves que a restrição fundiária pode provocar nas questões socioeconômicas dos estabelecimentos, principalmente, quando levamos em consideração que esses estabelecimentos com áreas reduzidas estão localizados em uma região de clima semiárido, com chuvas escassas e irregulares durante os meses do ano.

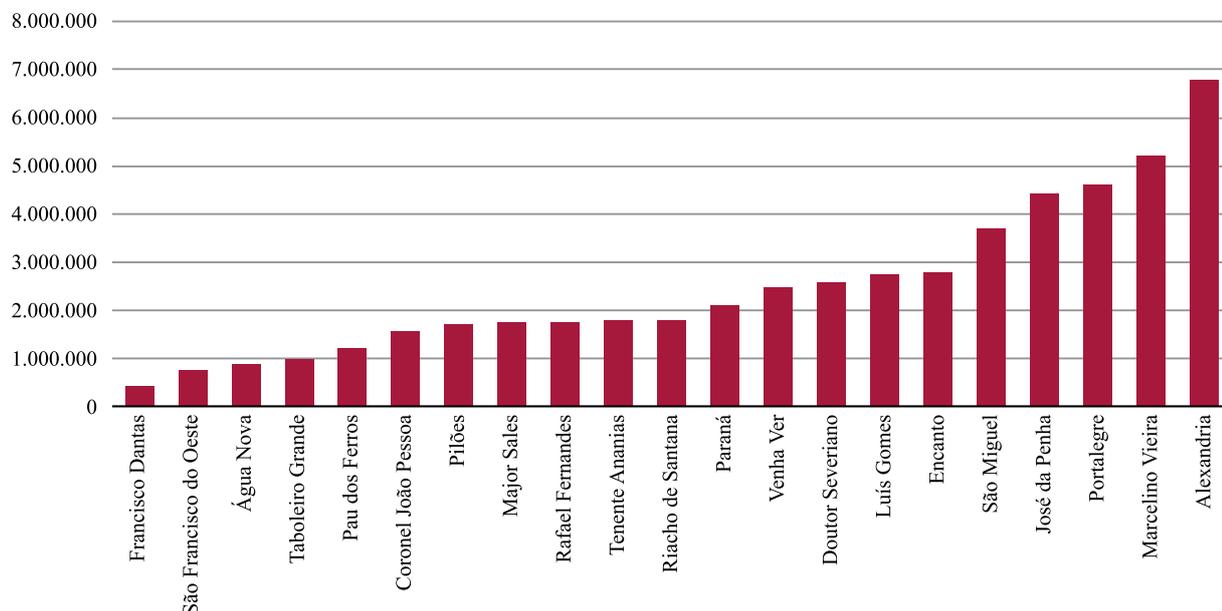
Aquino e Lacerda (2014), refletindo sobre a magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro, a partir de evidências do Rio Grande do Norte, chegam à conclusão de que a reduzida quantidade de terras disponíveis para os produtores pode ser considerada como um dos principais fatores que diminuem as possibilidades de os produtores garantirem a sobrevivência, a partir da exploração de atividades de cunho agropecuário.

4.2 Volume e operações de crédito do Agroamigo

crédito contratado em R\$ (2000-2015) junto ao BNB nos municípios pesquisados.

No gráfico 4 podemos visualizar o volume de

Gráfico 4 – Volume de crédito do Agroamigo contratado pelos municípios atendidos pelo BNB – Agência de Pau dos Ferros (em R\$ de 2000-2015)



Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2015); adaptação dos autores, (2017).

Com base na análise do gráfico 4 podemos observar que os municípios que obtiveram maior volume de crédito nesse período foram: Alexandria, Marcelino Vieira, Portalegre, José da Penha e São Miguel.

O Agente de Desenvolvimento Regional do BNB enfatiza que, antes de disponibilizar o crédito para os agricultores, a instituição desenvolve ações junto aos mesmos, no intuito de proporcionar esclarecimentos sobre as normas de contratação e pagamento do crédito do Agroamigo, bem como a respeito da aplicação dos recursos. As palestras informativas, por exemplo, constituem-se em uma das ações e também fazem parte da metodologia criada pelo Banco. Nesses momentos, o agricultor tem conhecimento do que deve ser feito para obtenção do crédito, como: documentação necessária, aplicação correta do crédito, bônus de adimplência, formas de pagamento, juros e penalidades - caso atrase ou deixe de realizar o pagamento junto ao Banco. Salienta ainda que a participação na palestra informativa é um dos critérios para que o agricultor tenha acesso ao crédito. As palestras, geralmente, ocorrem na sede das associações comunitárias, quando essas existem, ou em espaços cedidos pelas igrejas ou outras entidades. Nesses

momentos, reúnem-se grande número de agricultores familiares, e estes têm a oportunidade de conhecer como se dá o desenvolvimento da metodologia do Agroamigo e as possibilidades de acesso ao crédito.

A importância dessa metodologia no acesso ao crédito pelos agricultores pode ser melhor compreendida quando comparamos o número de operações do Pronaf B realizadas antes e após a criação do Agroamigo em 2005 (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de operações de crédito do Pronaf B antes e após a criação do Agroamigo pelo BNB

Municípios	DE 2000 A 2004 (Antes do Agroamigo)	DE 2005 A 2015 (Depois da criação do Agroamigo)
Alexandria*	43	3.257
Luis Gomes	282	2.289
Marcelino Vieira	441	2.095
Portalegre	363	1.847
José da Penha*	357	1.812
São Miguel	323	1.368

Municípios	DE 2000 A 2004 (Antes do Agroamigo)	DE 2005 A 2015 (Depois da criação do Agroamigo)
Doutor Severiano	743	980
Encanto	143	1072
Paraná	240	927
Major Sales	329	770
Venha-ver	350	683
Rafael Fernandes	402	617
Pau dos Ferros	132	820
Tenente Ananias	110	770
Água Nova	353	502
Coronel J. Pessoa	243	582
Pilões	2	798
São Francisco do Oeste	441	139
Taboleiro Grande	374	206
Riacho de Santana	182	257
Francisco Dantas	135	292

Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2015); adaptação dos autores (2017).

*Municípios em que foi realizada a pesquisa empírica.

Como podemos observar, houve significativa expansão do número de operações de crédito do Pronaf B nesses municípios, após o Agroamigo. Através deste, ocorre uma maior divulgação e, conseqüentemente, a operacionalização da política de crédito do Pronaf B passa a ter maior abrangência. De acordo com o Agente de Desenvolvimento Regional do BNB, com a criação da metodologia do Agroamigo, a figura do Agente de Microcrédito passa a ter grande relevância, tendo em vista que o mesmo desenvolve suas atividades em campo, nas comunidades rurais, favorecendo uma oportunidade viável para que essa política passe a ser conhecida pelos agricultores.

4.3 Atividades desenvolvidas com o crédito do Agroamigo

A partir da análise do quadro 1 que segue, podemos perceber que a principal destinação dada ao crédito pelos agricultores familiares de José da Penha (53,3%) e Alexandria (45%) refere-se à bovinocultura, mesmo com as condições climáticas pouco favoráveis.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas com o crédito do Pronaf B nos municípios de José da Penha e Alexandria

Atividades	José da Penha	%	Alexandria	%
Bovinocultura	32	53,3%	27	45%
Caprinocultura	2	3,33%	1	1,66%
Avicultura	5	8,33%	4	6,66%
Ovinocultura	2	3,33%	1	1,66%
Suinocultura	3	5%	4	6,66%
Compra de Ração	2	3,33%	3	5%
Construção de Cercas	3	5%	5	8,33%
Aquisição de máquinas	1	1,66%	1	1,66%
Construção de Cacimbão	1	1,66%	1	1,66%
Construção de Armazém	6	10%	8	13,3%
Outras Atividades	3	5%	5	8,33%
Pessoas entrevistadas	60	100%	60	100%

Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

Além dos aspectos culturais dessa região, em que ter gado e terra muitas vezes se torna sinônimo de poder, podemos observar no decorrer das entrevistas, que a compra de bovinos com o crédito do Agroamigo vai além disso. Existe a preocupação em pagar ao Banco e o depoimento de alguns dos agricultores entrevistados mostram que, quando se compram esses animais, o pagamento torna-se mais fácil. “Quando investimos em duas matrizes, por exemplo, logo a gente passa a ter o leite que pode vender, se alimentar e, com os bezerros, nós pagamos o Banco e ainda ficamos com a vaca [...] isso é muito bom” (Depoimento de agricultor familiar de Alexandria, pesquisa de campo, 2017).

Além da bovinocultura, podemos observar no quadro 1, que em José da Penha 3,33% investiram na caprinocultura, 8,33% na avicultura, 3,33% ovinocultura, 5% suinocultura, 3,33% compra de ração, 5% construção de cercas, 1,66% aquisição de máquinas, 1,66% construção de cacimbão, 10% construção de armazém e 5% desenvolveram outras atividades.

Enquanto isso, em Alexandria (ainda no quadro 1) 1,66% investiram na caprinocultura, 6,66% na avicultura, 1,66% ovinocultura, 6,66% suinocultura, 5% compra de ração, 8,33% construção de cercas, 1,66% aquisição de máquinas, 1,66% construção de cacimbão, 13,3% construção de armazém e 8,33% desenvolveram outras atividades.

Magalhães e Abramovay (2006), nos afirmam que, embora tenha ocorrido alterações nas normas do microcrédito Pronaf B, o que possibilitou que o produtor tivesse acesso ao crédito para atividades não agrícolas, diversificando assim as atividades da família no campo, a maior parte dos contratos (43%) do crédito do Programa assinado em 2005, na área de abrangência do Banco do Nordeste, concentrou-se em investimentos na bovinocultura.

Considerando ainda as informações trazidas pelo quadro 1 e buscando refletir sobre as atividades desenvolvidas com o crédito, chama a atenção a destinação dada a este para a construção de armazéns e cercas no município de Alexandria, já que 21,3% dos entrevistados realizaram esse tipo de investimento. A construção de cercas é importante para o agricultor que vai ter a propriedade mais segura, assim como também um local para guardar os mantimentos, no caso do armazém. Por outro lado, observamos algumas preocupações, já que esse é um investimento que não lhe trará retorno financeiro direto, e que pode vir, em algumas situações, comprometer o pagamento do crédito, caso o agricultor não tenha uma outra fonte de renda.

Esse fato também pode estar relacionado à insegurança de alguns dos agricultores em investir em animais e não ter ração e água, para manutenção e reprodução dos mesmos, tendo em vista os sucessivos anos de estiagem. Tal inquietação foi perceptível, quando encontramos agricultores, tanto no município de José da Penha como em Ale-

xandria, que investiram o crédito na construção de cacimbão e poços artesanais.

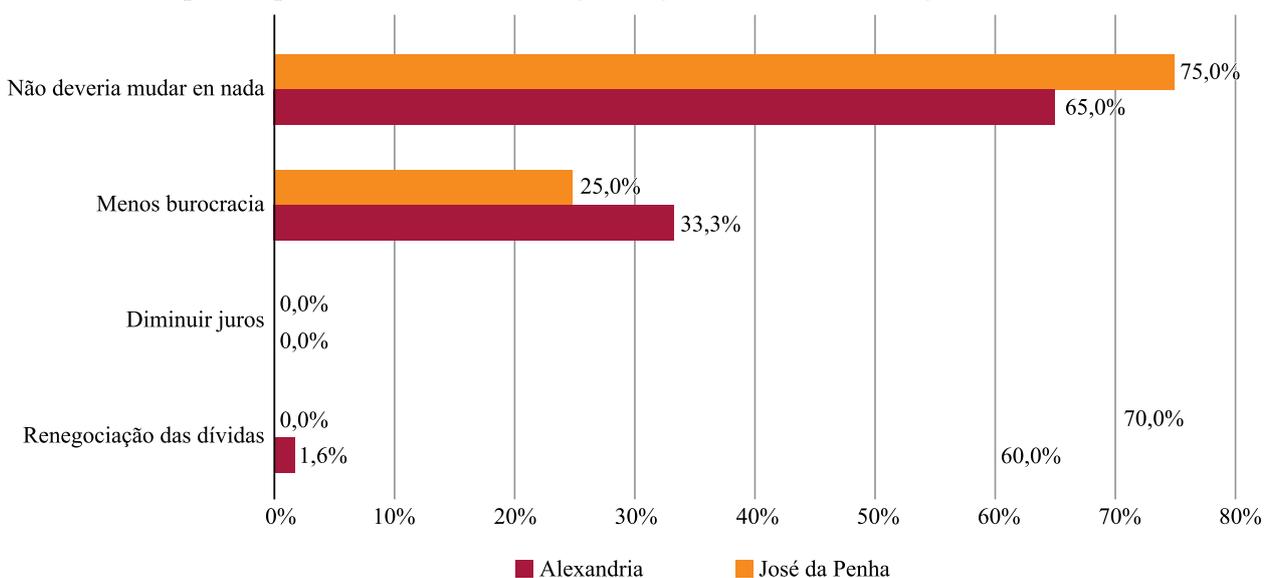
Diante disso, compreendemos a necessidade de políticas de crédito rural que considerem a realidade local, principalmente, no que se refere aos aspectos intrínsecos ao território, como os elementos de natureza climática, econômica e social, bem como os arranjos político-institucionais e a cultura dos sujeitos envolvidos.

4.3 Dificuldades enfrentadas pelos agricultores para terem acesso ao Agroamigo

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores do Pronaf B podemos constatar, a partir de depoimentos dos mesmos, o acesso à documentos junto ao Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN (IDIARN). Essa instituição é responsável, no âmbito do Estado do RN, pela inspeção e fiscalização agropecuária. Desse modo, quando a atividade que o agricultor almeja envolve a criação de animais, necessita desse órgão para a emissão de documentos, como a Guia de Transporte Animal (GTA) e também a inspeção ao estabelecimento agropecuário, para que o crédito possa ser liberado.

Consultando os entrevistados em relação a outras dificuldades enfrentadas, os mesmos enfatizaram as mudanças que deveriam ocorrer com relação ao Programa. A partir das respostas obtidas, condensamos as informações no gráfico 5.

Gráfico 5 – Aspectos que deveriam mudar no Agroamigo de acordo com os agricultores beneficiários



Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

Em ambos os municípios, podemos perceber, a partir da análise do gráfico 5 que os resultados são satisfatórios com relação à execução da metodologia do Agroamigo. No entanto, parte considerável enfatiza a questão burocrática como dificuldade, tendo em vista que esta envolve a organização de documentos pessoais e muitas vezes de terceiros, quando o agricultor não tem a posse da terra na qual trabalha. A organização dos documentos demanda espera por parte do agricultor, principalmente quando a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁴ encontra-se inativa, ou seja, não tem mais validade e o agricultor precisa procurar a Emater para atualização de seus dados.

Compreendemos que a burocracia ainda constitui-se em um dos principais entraves para o acesso ao crédito na área de abrangência do BNB – Agência de Pau dos Ferros. Embora muitos agricultores afirmem que a metodologia não deva mudar em nada, percebemos que os mesmos demonstram, paradoxalmente, medo de que o acesso ao crédito deixe de existir. Na realidade, a burocracia é um fato notório, e muito embora o Banco procure desburocratizar as ações, estas ainda constituem-se em um forte entrave ao acesso a essa política, visto

que além dos documentos pessoais necessários, o agricultor deve ter em mão a DAP, documento que comprove a posse da terra ou Contrato de Parceria com determinado proprietário, bem como a GTA, nota de vacinação do rebanho (quando o agricultor objetiva destinar o crédito para compra de animais), dentre outros documentos que constituem-se como parte da burocracia no acesso ao crédito.

Alguns agricultores, no decorrer dos depoimentos, citam que o crédito ainda é pouco, mas que o bônus ajuda ao agricultor a desenvolver suas atividades. Além disso, no gráfico 5, podemos observar que nenhum agricultor cita a diminuição dos juros do crédito disponibilizado. De fato, esse aspecto pode estar relacionado ao fato de que o mesmo só é cobrado quando o agricultor deixa de realizar o pagamento na data correta.

4.4 O impacto do crédito no desenvolvimento da agricultura familiar

No quadro 2 podemos analisar os resultados do crédito no desenvolvimento da agricultura familiar, considerando para tanto a visão dos sujeitos beneficiários.

Quadro 2 – O impacto do Pronaf B de acordo com a visão dos agricultores beneficiários

Municípios	Diversificação da produção		Na mudança do sistema de produção		Na tecnificação da produção		No desenvolvimento de atividades não agrícolas		Na produção e renda das famílias		No cuidado com o meio ambiente	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Alexandria	53	7	13	47	16	44	13	47	55	5	18	42
José da Penha	54	6	7	53	11	49	6	54	58	2	12	48
Total	89,1%	10,8%	16,6%	83,3%	22,5%	77,9%	15,8%	84,1%	94,1%	5,8%	25%	75%

Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

Essa análise nos traz alguns itens que colaboram na compreensão do impacto do crédito do Pronaf B na agricultura familiar, a partir da visão dos agricultores de Alexandria e José da Penha. Assim, considerando as respostas dos entrevistados de ambos os municípios, podemos perceber que 89,1% dos agricultores consideram que o crédito contribui com a diversificação da produção e apenas 10,8% afirmam que o mesmo não traz essa contribuição.

4 De acordo com a SEAD, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física), quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica).

Podemos observar a partir das informações obtidas e discutidas anteriormente, que a opção dos agricultores desses municípios pela bovinocultura é significativa. Entretanto, a análise do quadro nos faz compreender que os mesmos têm a convicção de que o crédito pode contribuir com a diversificação da produção. O depoimento de agricultor familiar do Pronaf B de Alexandria apresenta esses aspectos.

Eu comprei uma vaca, mas tem gente que compra galinha, porco, ovelha e aí vai [...] com esse dinheiro a gente tem muitas possibilidades. No dia da reunião do banco o menino explica tudo sobre o que o agricultor pode investir. (Depoimento de agricultor familiar, pesquisa de campo, 2017)

Na mudança do sistema produtivo, podemos observar que apenas 16,6% deu resposta positiva, enquanto a maioria, 83,3%, afirmou que o crédito não contribuía com esse processo.

Na tecnificação da produção, 22,5% afirmaram que o crédito contribui, enquanto o maior número, 77,9%, responderam não haver contribuição.

No desenvolvimento das atividades agrícolas podemos analisar que apenas 15,8% dos agricultores responderam que o crédito contribui, enquanto a grande maioria, 84,1%, enfatizou não haver contribuição.

Ao considerar os itens acima, que destacam o sistema produtivo, a tecnificação da produção e o desenvolvimento das atividades agrícolas, podemos perceber que poucos agricultores entrevistados afirmam haver contribuição do crédito para esses processos. Entendemos que isso ocorre em virtude dos agricultores ainda possuírem uma mentalidade arraigada à ideia de que o crédito terá melhor resultado se os mesmos investirem na criação de animais. Assim, muitas vezes, as possibilidades de investir em atividades agrícolas como hortas, frutas, legumes acabam ficando excluídas.

No item em que interrogamos se o crédito contribuía com a produção e renda das famílias, 94,2% afirmaram que o crédito contribui, enquanto, 5,8% afirmaram não contribuir. Esse aspecto é positivo, tendo em vista que muitos agricultores citam a venda do leite, ovos, porcos, dentre outros, como forma de complementar a renda, sendo importante salientar que isso só foi possível graças ao acesso ao crédito.

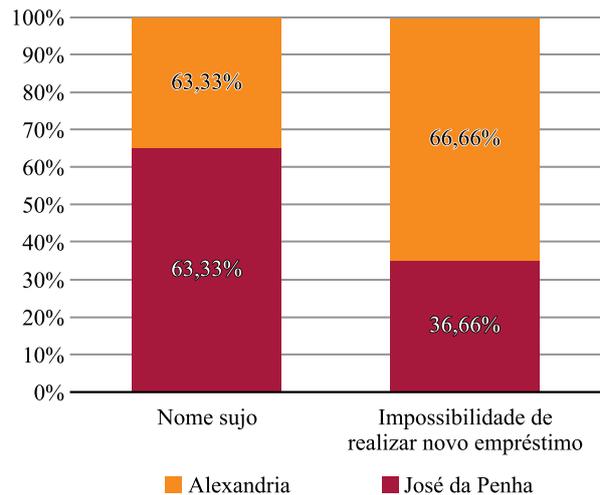
No cuidado com o meio ambiente, 25% dos agricultores entrevistados afirmaram haver contribuição e os demais 75%, disseram que o crédito não contribuía com esse processo.

Nas reuniões promovidas pelo banco no âmbito do Agroamigo, podemos observar na pauta das discussões o tema meio ambiente. Entretanto, poucos agricultores se preocupam com esse tema, em virtude do baixo conhecimento que os mesmos possuem a respeito dessa problemática, e até mesmo sobre as orientações sistemáticas que não chegam de fato até eles. Assim, acaba ficando uma lacuna no que se refere às questões ambientais – em que deveria ser priorizada para uma melhor convivência do agricultor familiar do Pronaf B com a região semiárida, enfatizando aqui o manejo sustentável da caatinga, como possibilidade alternativa à conservação dos recursos naturais na produção agrícola.

4.5 A Inadimplência

No decorrer das entrevistas buscamos compreender como o agricultor (a) do Agroamigo observa a questão da inadimplência junto ao Banco e, nesse sentido, obtivemos os seguintes resultados (gráfico 6).

Gráfico 6 – Os principais problemas identificados pelos agricultores relacionados à inadimplência



Fonte: pesquisa de campo; dados dos autores, 2017.

A análise do gráfico acima aponta que, no caso de José da Penha, 63,33% dos agricultores identificam o fato de ficar com o nome sujo como o maior problema, enquanto que em Alexandria a maior preocupação consiste na impossibilidade de realizar um novo empréstimo. A preocupação em não ter mais acesso ao crédito, observado no último município, pode estar relacionado à importância dessa política para os beneficiários.

De acordo com o Agente de Desenvolvimento Regional, mesmo com os anos sucessivos de estiagem na área estudada, que considera ser um dos principais fatores para a inadimplência, esta é baixa. O mesmo não nos informou esse dado, entretanto, enfatizou que, para o alcance de resultados positivos, são necessárias ações sistemáticas por parte do Agente de Microcrédito. Além do carnê com todas as informações necessárias ao agricultor, o Agente realiza também ligações para o cliente, enfatizando as datas de quitação dos débitos.

No que diz respeito aos fatores enfatizados pelos agricultores do Agroamigo que podem influenciar no pagamento do crédito, destacam-se a aplicação do crédito em atividades não produtivas, a

falta de acompanhamento técnico, a possibilidade de renegociar as dívidas e também as condições climáticas adversas, que acabam influenciando no resultado dos investimentos. Esses aspectos mostram que o crédito sozinho não é capaz de resolver todos os problemas do agricultor familiar e, que é necessário um trabalho conjunto que envolva estudos das potencialidade e fragilidades do território onde se desenvolve a política, bem como, o direcionamento de ações que possam potencializar as atividades produtivas, através por exemplo, da assistência técnica contínua e do incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas que melhor se adaptam às condições climáticas locais.

Sabemos que a questão climática acaba influenciando nas atividades dos agricultores, sendo que na pesquisa de campo, no decorrer dos depoimentos, muito raramente não se ouvia frases do tipo: “o problema é a falta de chuvas”, “aqui não tem água”, “se aqui chovesse a coisa era outra”. Entretanto, temos que compreender que a seca é um fenômeno intrínseco à região semiárida e o que falta é buscar alternativas de convivência com esta.

Quando falamos em alternativas, estamos pensando no desenvolvimento de atividades que podem ser financiadas com o Agroamigo e que, infelizmente, não fazem parte da cultura de nossos agricultores, como: a ovinocaprinocultura, a própria apicultura, a silagem para estocagem de ração para os animais, dentre outras. Na verdade, temos muitas possibilidades na região semiárida – o que falta seria maior comprometimento do Estado, ações coletivas de incentivo às atividades alternativas de convivência com o semiárido, bem como o desprendimento mínimo de culturas antigas, como a criação de gado, por exemplo, que é mais suscetível à fragilidade nos longos períodos de estiagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constitui-se em um estudo sobre o Agroamigo. Nosso principal objetivo foi analisar a atuação dessa metodologia junto aos agricultores familiares do Pronaf B, nos municípios que compõem a área de abrangência do Banco do Nordeste - Agência de Pau dos Ferros/RN, no período de 2005 a 2015. Assim, nessa parte do trabalho, teceremos algumas considerações acerca da problemática posta em tela, apresentando uma leitura a par-

tir do conjunto dos dados, informações e análises realizadas ao longo desta investigação científica.

Através do aporte teórico trabalhado, tivemos a oportunidade de refletir sobre a importância da agricultura familiar, que até meados da década de 1990, não havia políticas públicas agrícolas consistentes que a ela se dirigissem. Entretanto, a mesma foi e continua sendo de grande importância, tendo em vista que é responsável pela maior parte dos produtos alimentícios consumidos internamente em nosso País. O surgimento da política pública do Pronaf, que se dirige especificadamente aos agricultores familiares, só foi possível graças à luta dos trabalhadores rurais junto ao poder público.

Os dados do Banco do Nordeste apontam que, no decorrer do recorte temporal delimitado para esta pesquisa, houve expansão do acesso ao crédito do Pronaf B, principalmente após a criação da metodologia do Agroamigo, que vem possibilitando uma melhor divulgação dessa política junto aos agricultores, melhorando, conseqüentemente, o acesso à mesma.

No que se refere ao volume de crédito injetado na economia dos municípios da área do BNB, podemos considerá-lo como muito importante, não somente pelo montante em dinheiro gerado, mas também pelos resultados que o mesmo pode provocar no desenvolvimento da agricultura familiar.

A pesquisa de campo realizada nos municípios de Alexandria e José da Penha nos possibilitou traçar um panorama dos agricultores que tem acesso ao Agroamigo, no que se refere aos aspectos sociais e econômicos, bem como a visão dos mesmos sobre a atuação desse Programa.

A satisfação em discutir o olhar que os agricultores familiares apresentavam sobre o Agroamigo nos rendeu enfrentar muitos obstáculos na pesquisa de campo, que se referem, principalmente, ao acesso a essas pessoas e também à dificuldade de diálogo com esses agricultores, que, por medo ou insegurança com relação à participação na pesquisa, se restringiam a responder às perguntas com poucas palavras, resultando muitas vezes em depoimentos pouco profundos sobre a problemática abordada.

Entretanto, mesmo com esses entraves, entendemos que o Agroamigo configura-se como um importante programa para os agricultores familiares estudados, contribuindo com o desenvolvimento das atividades no campo e também com a melhoria da renda dessas famílias. Compreendemos

ainda que essa política, na realidade dos municípios estudados, encontra-se aliada a outras também importantes, como o Programa Bolsa família, as aposentadorias rurais, bem como os programas Seguro Safra, Luz para Todos, dentre outros.

Foi possível identificar que os agricultores que acessam ao Agroamigo nesses municípios são, em sua maioria, do sexo masculino, possuem baixa escolaridade, tem a posse da terra, entretanto, a área da mesma é restrita, fato este que pode ter relação com a estrutura agrária da região, em que predomina a concentração da terra.

Outros empecilhos identificados no que se refere à realidade dos agricultores familiares pesquisados, que, se sanados, poderiam vir a contribuir com os resultados desse programa, estão relacionados à pouca cultura do associativismo. Assim, muitas vezes são criadas associações de moradores apenas para ter acesso a determinadas políticas, mas, posteriormente, as mesmas se transformam em mais um prédio na comunidade, sem continuidade de ações institucionais.

A falta de assistência técnica junto aos agricultores familiares consiste em um grande problema. A maioria dos entrevistados afirma não tê-la. Alguns agricultores não sabem nem mesmo em que consiste a assistência técnica. A presença desta junto aos agricultores poderia contribuir positivamente no que diz respeito à orientação, até mesmo na lida com as condições climáticas do semiárido, tendo em vista que muitos agricultores relatam ser a seca um dos maiores problemas enfrentados, sendo este o fator que leva as pessoas à inadimplência junto ao Banco.

A convivência com a região semiárida precisa ser mais discutida e, acima de tudo, os agricultores que vivem na lida com o campo precisam ter conhecimento da mesma. Até mesmo para evitar práticas agrícolas que agridam o meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, por exemplo, sabemos que uma assistência técnica eficaz seria um dos caminhos possíveis.

Mesmo que a maior parte dos agricultores familiares pesquisados observem o Agroamigo de maneira positiva, no que se relaciona à sua operacionalização, entendemos que ainda existem aspectos burocráticos que inviabilizam, em parte, o sucesso do mesmo. Esses aspectos estão relacionados, principalmente, à atualização de DAPs e o próprio acesso à GTA, quando os agricultores optam por

atividades da bovinocultura. O acesso a estes documentos acabam demandando muito tempo, fazendo com que o agricultor tenha que deixar seu estabelecimento agropecuário para ir em busca dos mesmos - o que pode vir a influenciar no impedimento ou entrave ao acesso ao crédito. Assim, diante da realidade socioeconômica desses agricultores, faz-se necessário menos burocracia institucional.

Concluimos enfatizando a importância da realização desse trabalho no que se remete à reflexão sobre a agricultura familiar e atuação do Agroamigo. Nessa perspectiva, cabe ponderar o fato da pesquisa empírica ter considerado dois municípios, abrindo espaço para novos olhares e aprofundamentos posteriores, por parte de pesquisadores que tenham interesse nessa problemática.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR JR., J. S.; ALVES, M.O. O subespaço semiárido no contexto de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: BNB; Editora da UFC, 2006. p. 235-259.
- ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf b: Uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 161-176, jul. 2015.
- AQUINO, J.; LACERDA, M. A. D. de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 52, 2014.
- AZEVEDO, F. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar e as transformações da agropecuária no Rio Grande do Norte: uma análise do período 1995 -2005. In: CHELOTTI, M. C. (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia: Assis editora, 2012, p. 133-160.
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Agroamigo**. Banco do Nordeste. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/agroamigo>. Acesso em: 23 de dez. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de Jul. 2007. Acesso em: 16 de jul. 2017.

COLOGENESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p.143-159, 1998.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTts4E7R59.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A.; VIDAL, M. F. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 80-91, 2014.

GUERRA, E. A. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Disponível em: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf. Acesso em: 18 de set. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 12 de mar. 2017.

INSA - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Nova delimitação do semiárido**. Disponível em: [http://www.insa.gov.br/sigsab/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20\(2006\).pdf](http://www.insa.gov.br/sigsab/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20(2006).pdf). Acesso em: 08 de jul. 2016.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265422609_Acesso_uso_e_sustentabilidade_do_Pronaf_B. Acesso em: 09 de jan. 2017.

MAIA, G. B. S.; BASTOS, V. D.; DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos territórios da cidadania do semiárido. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 177-214, 2012.

MAIA, G. B. S.; PINTO, A. R. Agroamigo: uma análise de sua importância para o desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 9-20, jul., 2015.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano safra da agricultura familiar 2017/2020**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf. Acesso em: 01 mai. 2019.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 83-91, 2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Série Documentos Institucionais, v. 2).

NUNES, E. M et al. Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 53-69, jul. 2015.

NUNES, E. M. et al. O Agroamigo e a estruturação da agricultura familiar em territórios da cidadania: impactos na cadeia da apicultura no Sertão do Apodi (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, p. 105-122, 2015.

VIEIRA, D. D. **Identidade rural e agricultura familiar: O Pronaf B sob a ótica dos beneficiários**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.